



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2022

Processo nº 23205.xxxxx/2022-xx

1. DO OBJETO

1.1. Selecionar propostas visando a **Contratação de serviços comuns de engenharia inerentes à manutenção preventiva e corretiva sob demanda, dos sistemas de climatização e de renovação de ar, para o prédio da Biblioteca em Chapecó/SC, do complexo do Hospital Veterinário em Realeza/PR e do Bloco A do campus Passo Fundo/RS, incluindo fornecimento de material, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento e demais anexos do Edital:**

ITEM	CÓDIGO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID. DE MEDIDA	QUANTIDADE E ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	22454	Serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema central de arrefecimento e circulação de ar no prédio da Biblioteca do campus Chapecó , incluindo peças, rotinas de limpeza, operação e adequações para um Chiller Carrier 207 Tr e seus fancoils durante 24 meses podendo o contrato ser renovado até 60.	mensal	24	R\$	R\$
2	22454	Serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema central de arrefecimento e circulação de ar nos prédios do Hospital Veterinário do campus Realeza , incluindo peças,	mensal	24	R\$	R\$

Universidade Federal da Fronteira Sul
Avenida Fernando Machado, Nº 108E, Centro,
Chapecó - Santa Catarina
Brasil - CEP 89.802-112
www.uffs.edu.br

		rotinas de limpeza, operação e adequações para um VRF durante 24 meses podendo o contrato ser renovado até 60.				
3	22454	Serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema central de arrefecimento e circulação de ar nos prédios do campus Passo Fundo , incluindo peças, rotinas de limpeza, operação e adequações para sistema VRF durante 24 meses podendo o contrato ser renovado até 60.	mensal	24	R\$	R\$
TOTAL ESTIMADO DA LICITAÇÃO:						R\$

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução Empreitada por Preço Unitário.

1.5. O contrato terá vigência pelo período de **24 (vinte e quatro) meses**, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de **60 (sessenta) meses**, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.6. As descrições constantes no quadro acima foram elaboradas pelo requisitante do objeto e têm intuito apenas de fornecer subsídios básicos claros e coerentes para que Administração consiga realizar uma contratação com padrões de qualidade, de maneira a suprir suas demandas.

16.1. As atividades incluem rotinas de limpeza, ajuste, operação, reparos emergenciais com atendimento em até 4 horas e adequações. Trata-se de um Chiller Carrier 207 Tr e seus fancoils em Chapecó, VRF, Rooftop, tipo splitão, dutos, ventiladores centrífugos, exaustores centrífugos e axiais em Realeza e Passo Fundo.

1.6.2. O requisitante destaca que para efeitos fiscais os serviços se enquadram como código CNAE 4322-3/02 Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar-condicionado, de ventilação e refrigeração;

1.6.3. A Contratada deve ter a ciência de que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, insumos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam diretamente ou indiretamente na prestação dos serviços de manutenção, inclusive os custos com o deslocamento até o local onde serão realizados os serviços.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares .

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares **(ENCARTE D)**, abrange a prestação do serviço de **Contratação de serviços comuns de**

engenharia inerentes à manutenção preventiva e corretiva sob demanda, dos sistemas de climatização e de renovação de ar, para o prédio da Biblioteca em Chapecó/SC, do complexo do Hospital Veterinário em Realeza/PR e do Bloco A do campus Passo Fundo/RS, incluindo fornecimento de material, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas.

3.2. O detalhamento da solução foi elaborado pela unidade requisitante e deve ser verificado na íntegra nos ENCARTES D e J deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, para fins do disposto no artigo 4º do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, cabendo licitação na modalidade Pregão, na sua forma Eletrônica, observado o disposto na Lei nº 10.520, de 7 de julho de 2002; no Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000; no Decreto nº 10.024/2019; na Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993, com suas alterações subsequentes.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação de serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme informações indicadas pelo requisitante do objeto, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. A empresa a ser contratada ofertará garantia de, pelo menos, 3 (três) meses para os serviços executados. Para os componentes e peças utilizadas no conserto a garantia deverá ser a estipulada pelo fabricante. Nesse período, independente de ser ou não o fabricante, as substituições necessárias em virtude de imperfeições, defeitos de fabricação, ou quaisquer outras irregularidades ou divergências, deverão ser efetuadas sem ônus para a UFFS, ainda que constatada depois dos serviços.

5.1.1.1. Deverá ser afixada etiqueta adesiva nos equipamentos reparados/vistoriados com as seguintes informações:

- a) Término da execução do serviço;
- b) Técnico responsável;
- c) Assinaturas e carimbo da Contratada.

5.1.2. Os presentes serviços são caracterizados como continuado e sem dedicação de mão de obra exclusiva.

5.1.3. Dos Critérios de Sustentabilidade

5.1.3.1. Da adoção de Critérios de Sustentabilidade, no que couber, solicita-se que a contratada adote boas práticas de sustentabilidade, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando da execução dos serviços contratados, conforme previsto na IN 06/2013/SLTI/MPOG tais como:

5.1.3.1.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;

5.1.3.1.2. Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

5.1.3.1.3. Uso de produtos de limpeza e conservação que obedecem às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

5.1.3.1.4. Racionalização do consumo de energia elétrica e de água;

5.1.3.1.5. Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;

5.1.3.1.6. Treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

5.1.3.1.7. Observação da Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 20, de 7 dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

5.1.3.1.8. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenha, em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, em estabelecimentos que as comercializam ou na rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importantes, conforme disposto na legislação vigente;

5.1.3.1.9. Conferir o tratamento previsto no item anterior a lâmpadas fluorescente e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

5.1.3.1.10. Encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente aos fabricantes, para destinação final, ambientalmente adequada;

5.1.3.1.11. O serviço deve manter o equipamento operando com o padrão de eficiência alto, dentro do nível referente ao selo PROCEL ao qual foi adquirido.

5.1.3.1.12. Observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa nº 1, de 19 janeiro de 2010, Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010, Decreto 7.404 de 23 de dezembro de 2010 e Legislação correlata, no que couber.

5.1.3.2. Os critérios de sustentabilidade foram analisados segundo SLTI/MPOG n. 01/2010 e o licitante deverá observar as diretrizes de carácter ambiental e de destinação de resíduos constante nas obrigações da contratada.

5.1.3.3. Conforme prevê o Decreto Presidencial nº 7.746 de 05 de junho de 2012, que regulamenta o Art. 3º da Lei 8.666/93, a Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e as Empresas Estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme o disposto neste Decreto:

Parágrafo Único. A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.

Art. 3º Os critérios e práticas de sustentabilidade de que trata o art. 2º serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.

§ 1º Em caso de inexistência da certificação referida no caput, o instrumento convocatório estabelecerá que, após a seleção da proposta e antes da adjudicação do objeto, o contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço às exigências do instrumento convocatório.

(...)

Art. 16º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, no prazo estipulado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, prevendo, no mínimo:

- I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;
- II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;
- III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e
- IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação

5.1.3.4. O certame está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS que, contempla em suas ações a adoção gradativa de critérios de sustentabilidade para avaliação e compras de bens, materiais ou serviços em função de seu impacto ambiental, social e econômico.

5.1.4. O detalhamento da prestação do serviço consta no **item 7** deste Termo de Referência, bem como nos Memoriais Descritivos **ENCARTE J** deste Termo de Referência.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante **poderá** realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento escrito em papel timbrado expedido pela empresa **comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.**

6.2.2. É vedada a realização de vistoria para a licitação por um mesmo representante para diferentes licitantes, da mesma forma que a visita não será realizada de forma coletiva.

6.2.3. A vistoria será realizada em conjunto com um servidor habilitado pela contratante e deverá ser **agendada** com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, através dos seguintes telefones:

6.2.3.1. Para o **Campus Chapecó/SC (49)2049 3118 ou (49)2049 3110;**

6.2.3.2. Para o **Campus Passo Fundo/RS (54) 3335 8539 ou (54) 3335 8507;**

6.2.3.3. Para o **Campus Realeza/PR (46)3543 8324 ou (46)3543 8308.**

6.2.4. Será permitido o uso de máquina fotográfica durante a vistoria.

6.2.5. Solicita-se que o representante da empresa esteja com vestimenta adequada para a vistoria.

6.2.6. Ainda que a vistoria para a presente licitação seja considerada **facultativa**, é recomendado que a licitante realize a vistoria, tendo em vista se apropriar de conhecimento quanto as condições do local onde serão realizados os serviços, podendo assim executar todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, diminuindo a chance de incorrer em omissões.

6.2.7. Qualquer dúvida que venha a ocorrer com relação a este Termo de Referência sua fase de licitação ou durante a execução do serviço, por omissão involuntária do Edital e seus anexos, deverá ser objeto de pedido de esclarecimentos, não sendo admitidas interpretações por conta própria.

6.2.8. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções do Edital e seus anexos ora fornecido deverão ser, **antecipadamente**, objeto de impugnação, e não poderão constituir pretexto para o CONTRATADO pretender cobrar “serviços extras” e/ou alterar a composição de preços unitários. O CONTRATADO será considerado como especializado na execução dos serviços em questão e, por conseguinte, deverá ter computado, no valor total da sua proposta, também, as complementações

e acessórios por acaso omitidos no projeto, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações, máquinas, equipamentos e aparelhos.

6.3. Por ocasião da vistoria, poderá o licitante, ou seu responsável legal, solicitar a retirada do edital e seus anexos de forma digital, mediante apresentação de mídia eletrônica (CD, DVD, Pen drive, etc).

6.4. A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. Na habilitação o licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação **OU** que a empresa licitante não vistoriou mas conhece e tem ciência de todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação. As declarações constantes neste item devem seguir modelo ofertado no **ENCARTE C** deste Termo de Referência.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Os serviços deverão ser executados, conforme definido pelo requisitante do objeto e discriminado abaixo:

7.2. Os serviços deverão ser prestados nos seguintes endereços:

7.2.1. Campus Chapecó: Rodovia SC 484, Km 02, Bairro Fronteira Sul, CEP: 89815-899, Chapecó-SC;

7.2.2. Campus Passo Fundo: Rua Capitão Araújo, 20, Centro, CEP: 99010-200;

7.2.3. Campus Realeza: Avenida Edmundo Gaievski, 1000, Rodovia BR 182, Km 466, CEP: 85.770-000, Realeza/PR.

7.3. A execução dos serviços deverá ser realizada em horários posteriormente definidos pela UFFS, e indicados na Ordem de Serviço, e habitualmente ocorrerá durante o horário de expediente, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, podendo, a critério da UFFS, ser alterada para outros horários (noturnos, ou dias não úteis), caso a prestação dos serviços possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos da Instituição, sem ônus adicionais a UFFS.

7.4. Escopo das Atividades para Cada Objeto:

7.4. De acordo com o requisitante do objeto, o escopo das atividades para cada objeto se apresentam conforme descrito nos itens abaixo:

7.4.1. Manutenção preventiva, corretiva com fornecimento de peças e elaboração do Plano de Manutenção Operação e Controle (PMOC);

7.4.2. A rotina de manutenção preventiva foi elaborada conforme check-list e PMOC do contrato de manutenção emergencial anterior. A descrição dos serviços e suas periodicidades levam em conta a necessidade específica de cada equipamento e a necessidade de realização inédita de outros serviços, com vistas a garantir o conforto dos usuários e a integridade do sistema.

7.4.3. Entende-se que a contratada deverá colocar a disposição de seus funcionários, todas as

ferramentas e máquinas necessárias para a execução dos serviços.

7.4.4. O item deslocamento da planilha orçamentária tem o intuito de remunerar a empresa prestadora da manutenção pelo seu deslocamento até o local do serviço demandado.

7.4.5. Considerando existência de empresas especializadas em manutenção de sistema de climatização central na região, limitamos o tempo de deslocamento em, no máximo, 01 hora para os itens 1 e 3; no máximo 4 horas para o item 2.


7.4.6. Foram adotadas 3 espécies de profissionais tendo em vista que são necessários, 01 técnico e 01 auxiliar para as tarefas de manutenção e o engenheiro para orientar manutenção e elaborar o PMOC.

7.4.7. Para fornecimento de materiais, foram listados itens consumíveis e materiais de reposição para manutenção corretiva e preventiva, além de considerar a aquisição de materiais por meio de ordem de serviço para casos imprevistos.

7.5. Forma de Prestação dos serviços:

7.5.1. Será dada preferência para a execução dos serviços planejados e previamente definidos com a fiscalização. A manutenção preventiva será realizada uma vez no mês e paga conforme planilha de medição dos serviços, que possui o mesmo formato da planilha de formação de preços, ajustada conforme o desconto dado pela contratada.

7.5.2. Todo serviço emergencial deverá ter ordem de serviço emitida por um dos fiscais do contrato e deve ser assinado pela CONTRATADA no momento do atendimento, tendo como custo inicial o preço de deslocamento pago em contrato. Todo chamado de manutenção será pago juntamente da medição mensal dos serviços preventivos, acompanhado do relatório de fiscalização e de ordens de serviço para compra de material de reposição e suas respectivas pesquisas de mercado quando for o caso.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SECRETARIA DE OBRAS
CAMPUS CHAPECÓ - SC
MANUTENÇÃO CLIMATIZAÇÃO PARA CONFORTE BIBLIOTECA CENTRAL

MODELO MEDIÇÃO – 1 hora de deslocamento (ida e volta), pgto único de ART

NÚMERO TOTAL DE LINHAS:								24	
TOTAL GERAL:								R\$ 2.551,85	
DESCONTO EMPRESA:								5,00%	
BDI DE SERVIÇO:								31,47%	
BDI DE MATERIAIS:								28,61%	

ITEM	FORTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QUANT.	PREÇO UN.	PREÇO TOTAL	BDI	PREÇO TOTAL COM BDI	% ITEM
1			DESLOCAMENTO			SUBTOTAL	R\$ 112,97		R\$ 148,53	5,8203%
1	1	C. PRÓPRIA	IC-C.2375 DESLOCAMENTO PARA MANUTENÇÃO DE CLIMATIZADORES EM CHAPECÓ/SC	H	1,00	R\$ 112,97	R\$ 112,97	31,47%	R\$ 148,53	5,8203%
			SUBTOTAL ITEM: DESLOCAMENTO				R\$ 112,97		R\$ 148,53	5,8203%
2			MÃO DE OBRA			SUBTOTAL	R\$ 1.286,97		R\$ 1.691,98	66,3041%
2	1	C. PRÓPRIA	IC-C.2376 ENGENHEIRO MECANICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES E PERICULOSIDADE	H	2,00	R\$ 101,08	R\$ 202,16	31,47%	R\$ 265,78	10,4154%
2	2	C. PRÓPRIA	IC-C.2372 MECÂNICO DE MANUTENÇÃO PARA REFRIGERAÇÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES E PERICULOSIDADE	H	16,00	R\$ 37,27	R\$ 596,28	31,47%	R\$ 783,94	30,7206%
2	3	C. PRÓPRIA	IC-C.2377 AUXILIAR DE MECANICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES E PERICULOSIDADE	H	16,00	R\$ 17,08	R\$ 273,34	31,47%	R\$ 359,36	14,0824%
x	x	x	C. PRÓPRIA SPC.1178 ART DE EXECUÇÃO POR ESPECIFICIDADE	UN	1,00	R\$ 215,18	R\$ 215,18	31,47%	R\$ 282,89	11,0857%
			SUBTOTAL ITEM: MÃO DE OBRA				R\$ 1.286,97		R\$ 1.691,98	66,3041%
3			ITENS CONSUMÍVEIS			SUBTOTAL	R\$ 553,10		R\$ 711,34	27,8755%
3	1	C. PRÓPRIA	IC-C.2273 ANÁLISE LABORATORIAL E MATERIAL PARA COLETA DA ÁGUA UTILIZADA NOS TROCADORES DE CALOR, FILTRAGEM E TRATAMENTO	UN	1,00	R\$ 499,90	R\$ 499,90	28,61%	R\$ 642,92	25,1943%
3	2	C. PRÓPRIA	IC-C.2274 INIBIDOR DE CORROSÃO PARA ADICIONAR À ÁGUA DE TROCADORES DE CALOR A CADA NOVO PERÍODO DE USO – CONFORME RECOMENDAÇÃO DO FABRICANTE	L	1,00	R\$ 53,20	R\$ 53,20	28,61%	R\$ 68,42	2,6812%
3	3	C. PRÓPRIA	IC-C.2280 LIMPADOR DE SERPENTINAS - CARRIER COM O CÓDIGO P902-0301 (UM GALÃO) OU CÓDIGO P902-0305 PARA (5 GALÕES)	L	0,00	R\$ 67,61	R\$ 0,00	28,61%	R\$ 0,00	0,0000%
3	4	C. PRÓPRIA	IC-C.2281 ANTICONGELANTE (ETILENOGLICOL) PARA PERÍODOS DE UTILIZAÇÃO COM TEMPERATURA INFERIOR A 4°C	L	0,00	R\$ 68,40	R\$ 0,00	28,61%	R\$ 0,00	0,0000%
3	5	C. PRÓPRIA	IC-C.2339 FILTRO DE AR EM MANTA SINTÉTICA CLASSE G3 ESPESSURA 2,5CM	M2	0,00	R\$ 18,01	R\$ 0,00	28,61%	R\$ 0,00	0,0000%
3	6	C. PRÓPRIA	IC-C.2340 FILTRO DE AR EM MANTA FILTRANTE CLASSE G3 ESPESSURA 1,5 CM	M2	0,00	R\$ 11,85	R\$ 0,00	28,61%	R\$ 0,00	0,0000%
3	7	C. PRÓPRIA	IC-C.2373 CONSUMÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DE CLIMATIZADOR	UN	0,00	R\$ 40,71	R\$ 0,00	28,61%	R\$ 0,00	0,0000%
			SUBTOTAL ITEM: ITENS CONSUMÍVEIS				R\$ 553,10		R\$ 711,34	27,8755%
4			MATERIAIS DE REPOSIÇÃO			SUBTOTAL	R\$ 0,00		R\$ 0,00	0,0000%
4	1	C. PRÓPRIA	IC-C.2380 MATERIAIS DE REPOSIÇÃO	UN	0,00	R\$ 16.120,45	R\$ 0,00	31,47%	R\$ 0,00	0,0000%
			SUBTOTAL ITEM: MATERIAIS DE REPOSIÇÃO				R\$ 0,00		R\$ 0,00	0,0000%
			TOTAL GERAL				R\$ 0,00		R\$ 2.551,85	100,00%

Referenciais de preço:
SINAPI 07/2019 e cotações de mercado

Chapecó, SC, 27 de setembro de 2019.

Fiscal do contrato

MODELO DE PLANILHA DE PAGAMENTO – REF. SINAPI/2019 SC

OBS: Os valores apresentados na tabela acima são meramente ilustrativos, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços e materiais efetivamente aplicados/fornecidos. A planilha de medição deve contemplar os critérios a seguir.

7.5.3. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PLANILHA:

7.5.3.1. Os serviços serão orçados através de planilhas SINAPI (RS/SC/PR), com data-base no mês da **apresentação da proposta ou da renovação do contrato.**

7.5.3.2. A planilha de elaboração dos serviços deverá seguir o modelo da SEO – **ENCARTE E.**

7.5.3.3. Cada medição deve considerar deslocamento, mão de obra e materiais aplicados.

7.5.3.4. Serviços terão valor de deslocamento pago, correspondente ao tempo máximo de uma hora (itens 1 e 3) e quatro horas (item 2), considerando a sede/escritório da empresa.

7.5.3.5. Confeção de documentos técnicos, tal como confecção do PMOC, serão pagos com horas de serviço do engenheiro, sendo reservado 18 horas para tal, além das horas utilizadas nos serviços de medição/aferição do local demandado por chamado.


7.5.3.6. O conjunto de uma unidade de materiais consumíveis é quantificada por fancoil, no total de 6 equipamentos presentes na edificação.

7.5.3.7. Na elaboração da planilha de composições de preços sempre será considerado o preço de referência acrescidos do BDI contratado e aplicado o desconto dado pela empresa.

7.5.3.8. Em casos de fornecimento de material, previsto no projeto básico, este deverá ser pago junto aos serviços planejados, incidindo BDI diferenciado para estes itens.

7.5.3.9. Caso o serviço, peça de substituição ou equipamento não faça parte da lista de

insumos do SINAPI ou materiais de reposição da tabela abaixo, (anexa também a este documento), será considerado o preço apurado por meio da utilização outras tabelas de referência de órgãos ou entidades da administração pública, em publicações técnicas especializadas, conforme dec. 7.983/2013 ou preço médio obtido de pesquisa de mercado com 3 orçamentos conforme IN03/2017 do **Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão**. Em se tratando de material adquirido diretamente do fabricante pode-se considerar a nota fiscal como fonte de preço.

<div></div> <div>UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL SECRETARIA DE OBRAS CAMPUS CHAPECÓ - SC MANUTENÇÃO CLIMATIZAÇÃO PARA CONFORTO BIBLIOTECA CENTRAL</div>																				
							NÚMERO TOTAL DE LINHAS:		96											
							TOTAL GERAL:		R\$ 71.725,81											
							DESCONTO EMPRESA:		0,00%											
							BDI DE SERVIÇO:		31,47%											
							BDI DE MATERIAIS:		28,61%											
ITEM		FORTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QUANT.	PREÇO UN.	PREÇO TOTAL	BDI	PREÇO TOTAL COM BDI	% ITEM									
4				MATERIAS DE REPOSIÇÃO			SUBTOTAL	R\$ 55.739,99		R\$ 71.725,81	100,0000%									
4	1	C. PRÓPRIA	IC-C-2276	ELEMENTO FILTRANTE DE ÓLEO INTERNO- CÓDIGO CARRIER 06N460016S OU 06N460028 (INCLUI FILTRO E O - RING)	UN	1,00	R\$ 1.311,82	R\$ 1.311,82	28,61%	R\$ 1.687,13	2,3522%									
x	2	C. PRÓPRIA	IC-C-2278	ELEMENTO FILTRO SECADOR 48-DC-0.23U4381	UN	1,00	R\$ 90,00	R\$ 90,00	28,61%	R\$ 115,75	0,1614%									
x	x	C. PRÓPRIA	IC-C-2277	CONJUNTO FILTRO DE ÓLEO EXTERNO 30GX417132	UN	1,00	R\$ 1.350,00	R\$ 1.350,00	31,47%	R\$ 1.774,85	2,4745%									
4	4	C. PRÓPRIA	IC-C-2279	ISOLAMENTO TERMO ACÚSTICO E VEDAÇÕES EM ESPUMA ELASTOMÉRICA	M2	1,00	R\$ 36,20	R\$ 36,20	28,61%	R\$ 46,56	0,0649%									
4	5	C. PRÓPRIA	IC-C-2282	ARBUELA DE BORRACHA CÓDIGO 2605.0009 BOMBA FAMAC FNA-25 ROTOR 185	UN	1,00	R\$ 46,50	R\$ 46,50	28,61%	R\$ 59,50	0,0834%									
4	6	C. PRÓPRIA	IC-C-2283	CONJUNTO SELO MECÂNICO CÓDIGO 2601.0149 BOMBA FAMAC FNA-25 ROTOR 185	UN	1,00	R\$ 369,71	R\$ 369,71	28,61%	R\$ 475,48	0,6629%									
4	7	C. PRÓPRIA	IC-C-2284	ROTOR CÓDIGO 3203.3159 BOMBA FAMAC FNA-25 ROTOR 185	UN	1,00	R\$ 542,50	R\$ 542,50	28,61%	R\$ 697,71	0,9727%									
4	8	C. PRÓPRIA	IC-C-2285	ANEL O'RING CÓDIGO 2602.0023 BOMBA FAMAC FNA-25 ROTOR 185	UN	1,00	R\$ 26,38	R\$ 26,38	28,61%	R\$ 33,92	0,0473%									
4	9	C. PRÓPRIA	IC-C-2286	ANEL O'RING CÓDIGO 2602.0024 BOMBA FAMAC FNA-25 ROTOR 185	UN	1,00	R\$ 21,04	R\$ 21,04	28,61%	R\$ 27,05	0,0377%									
4	10	C. PRÓPRIA	IC-C-2287	ANEL O'RING CÓDIGO 2602.0048 BOMBA FAMAC FNA-25 ROTOR 185	UN	1,00	R\$ 25,59	R\$ 25,59	28,61%	R\$ 32,90	0,0459%									
4	11	C. PRÓPRIA	IC-C-2288	BOMBA DE ÓLEO CHILLER GX 30 207 TR	UN	1,00	R\$ 2.723,40	R\$ 2.723,40	28,61%	R\$ 3.502,56	4,8833%									
4	12	C. PRÓPRIA	IC-C-2291	CAIXA ELÉTRICA CHILLER GX 30 207 TR	UN	1,00	R\$ 1.568,65	R\$ 1.568,65	28,61%	R\$ 2.017,44	2,8127%									
4	13	C. PRÓPRIA	IC-C-2292	CONTROLE PRO-DIALOG PLUS CHILLER GX 30 207 TR	UN	1,00	R\$ 2.097,00	R\$ 2.097,00	28,61%	R\$ 2.696,95	3,7601%									
4	14	C. PRÓPRIA	IC-C-2293	GÁS REFRIGERANTE HFC-134A	KG	1,00	R\$ 64,09	R\$ 64,09	28,61%	R\$ 82,43	0,1149%									
4	15	C. PRÓPRIA	IC-C-2294	MOTOR 1.5 CV EIXO 115,8-60Z CHILLER GX 30 207 TR	UN	1,00	R\$ 2.766,87	R\$ 2.766,87	28,61%	R\$ 3.558,47	4,9612%									
4	16	C. PRÓPRIA	IC-C-2295	PRESSOSTATO ALTA CHILLER GX 30 207 TR	UN	1,00	R\$ 872,75	R\$ 872,75	28,61%	R\$ 865,22	1,2063%									
4	17	C. PRÓPRIA	IC-C-2296	PRESSOSTATO DIFERENCIAL ÁGUA HK06ZC033 CHILLER GX 30 207 TR	UN	1,00	R\$ 3.239,61	R\$ 3.239,61	28,61%	R\$ 4.166,46	5,8089%									
4	18	C. PRÓPRIA	IC-C-2297	SECCIONADORA PRINCIPAL CHILLER GX 30 207 TR	UN	1,00	R\$ 1.287,50	R\$ 1.287,50	28,61%	R\$ 1.655,85	2,3086%									
4	19	C. PRÓPRIA	IC-C-2298	SENSOR ELETRÔNICO DE FLUXO E ÁGUA CHILLER GX 30 207 TR	UN	1,00	R\$ 959,04	R\$ 959,04	28,61%	R\$ 1.233,42	1,7196%									
4	20	C. PRÓPRIA	IC-C-2299	SENSOR DE TEMPERATURA HH79NZ047 OU HH79NZ059 CHILLER GX 30 207 TR	UN	1,00	R\$ 818,00	R\$ 818,00	28,61%	R\$ 1.052,03	1,4667%									
4	21	C. PRÓPRIA	IC-C-2300	TRANSDUTOR DE PRESSÃO DE BAIXA, ALTA OU ALTA BAIXA CHILLER GX 30 207 TR	UN	1,00	R\$ 872,81	R\$ 872,81	28,61%	R\$ 1.122,52	1,5650%									
4	22	C. PRÓPRIA	IC-C-2301	VÁLVULA DE EXPANSÃO TERMOSTÁTICA CHILLER GX 30 207 TR	UN	1,00	R\$ 665,14	R\$ 665,14	28,61%	R\$ 855,44	1,1926%									
4	23	C. PRÓPRIA	IC-C-2302	VÁLVULA DE SEGURANÇA DO EVAPORADOR CHILLER GX 30 207 TR	UN	1,00	R\$ 466,50	R\$ 466,50	28,61%	R\$ 599,97	0,8365%									
4	24	C. PRÓPRIA	IC-C-2303	VÁLVULA DE SEGURANÇA DO CONDENSADOR CHILLER GX 30 207 TR	UN	1,00	R\$ 465,00	R\$ 465,00	28,61%	R\$ 598,04	0,8338%									
4	25	C. PRÓPRIA	IC-C-2304	VÁLVULA DE SEGURANÇA DO SEPARADOR DE ÓLEO CHILLER GX 30 207 TR	UN	1,00	R\$ 350,00	R\$ 350,00	28,61%	R\$ 450,14	0,6276%									
4	26	C. PRÓPRIA	IC-C-2305	VÁLVULA PARA RECUPERAÇÃO DE REFRIGERANTE CHILLER GX 30 207 TR	UN	1,00	R\$ 220,00	R\$ 220,00	28,61%	R\$ 282,94	0,3945%									
4	27	C. PRÓPRIA	IC-C-2306	TEMPORIZADOR ABB CM-PFE 208/440V CHILLER GX 30 207 TR	UN	1,00	R\$ 161,40	R\$ 161,40	28,61%	R\$ 207,58	0,2894%									
4	28	C. PRÓPRIA	IC-C-2307	FUSIVEL NH 100 A TAMANHO 00, CAPACIDADE DE INTERRUPCAO DE 120 KA, TENSÃO NOMINAL DE 500 V, ULTRA RÁPIDO	UN	1,00	R\$ 31,70	R\$ 31,70	28,61%	R\$ 40,77	0,0568%									
4	29	C. PRÓPRIA	IC-C-2308	FUSIVEL NH 125 A TAMANHO 00, CAPACIDADE DE INTERRUPCAO DE 120 KA, TENSÃO NOMINAL DE 500 V, ULTRA RÁPIDO	UN	1,00	R\$ 33,84	R\$ 33,84	28,61%	R\$ 43,52	0,0607%									
4	30	C. PRÓPRIA	IC-C-2309	DISJUNTOR MOTOR TERMOMAGNÉTICO MODELO GV2ME02, FAIXA DE AJUSTE 0.16-0.25 A	UN	1,00	R\$ 158,14	R\$ 158,14	28,61%	R\$ 203,38	0,2836%									

Fonte: Memorial descritivo dos serviços

MODELO DE PLANILHA DE PAGAMENTO - REF. SINAPI/2019 SC

OBS: No caso dos preços acima, principalmente nos casos de itens importados, o contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento de materiais e equipamentos, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

7.5.3. Pagamento: Após o término dos serviços a CONTRATADA solicitará ao fiscal a entrega provisória que ocorrerá somente após verificação e aceite. A fiscalização deverá realizar vistoria e encaminhar relatório ao gestor do contrato. A equipe de fiscalização setorial também deverá elaborar relatório circunstanciado a cerca da situação contratual e habilitação da contratada – conforme modelo constante no **ENCARTE F** deste Termo de Referência – para dar base ao termo de recebimento definitivo dos serviços que será emitido pelo gestor do contrato e posteriormente autorizar a emissão da Nota Fiscal.

7.5.3.1. Lista de documentação para pagamento:

a) Planilha de medição dos serviços assinada;

Universidade Federal da Fronteira Sul
Avenida Fernando Machado, Nº 108E, Centro,
Chapecó - Santa Catarina
Brasil - CEP 89.802-112
www.uffs.edu.br

- b) Relatório técnico dos serviços realizados em função do planejamento de manutenção (PMOC)/ relatório circunstanciado da fiscalização setorial;
- c) Certidões negativas da empresa ou certidão do SICAF emitida por servidor público da UFFS;
- d) Nota fiscal atestada pelo gestor.

7.5.3.1.1. Atendendo ao manual de compras e a legislação que a precede, as atividades citadas em cada etapa não serão realizadas pelo mesmo servidor para efetivar a segregação de funções que visa atender ao princípio básico do controle interno, especialmente em funções ou atividades-chave de: autorização, assessoria, execução, atesto/aprovação, registro e revisão ou auditoria. Por exemplo neste contrato, a elaboração de orçamento *versus* aprovação e empenho de valores; a elaboração de relatórios circunstanciados e de fiscalização *versus* encaminhamento de notas para pagamento.

7.5.4. Destacamos que o Modelo de Execução deverá obedecer ainda ao contido nos Memoriais Descritivos (ENCARTE J).

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1. A medição dos serviços será feita pelo fiscal com a verificação da realização de cada serviço, onde serão observados a boa técnica e também os padrões de qualidade dos materiais empregados/substituídos, devendo possuir qualidade igual ou superior ao previamente instalado.

8.2. Considera-se que as instalações/sistemas devam ser entregues em pleno funcionamento, atendendo a requisitos das normas técnicas e de desempenho relativas ao serviço realizado ou, não havendo norma específica, as que forem utilizadas como padrão dentro da construção civil.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

9.2. Os equipamentos, ferramentas e instrumentos utilizados deverão ser adequados, necessários e suficientes à boa execução dos serviços sob a responsabilidade da Contratada, os quais deverão oferecer o máximo de segurança no que se refere à prevenção de acidentes e de danos que possam ocasionar à UFFS ou a terceiros.

9.3. A execução dos serviços deverá receber o emprego de materiais adequados e condizentes com a boa técnica, bem como estar em conformidade com as determinações das normas técnicas brasileiras, sendo executados por técnicos habilitados em contingente suficiente ao atendimento da demanda, utilizando sinalização de advertência para o equipamento/local em manutenção e utilização de equipamentos e ferramentas apropriadas, visando maior segurança aos envolvidos e maior vida útil dos equipamentos.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. Conforme solicitado pelo requisitante do objeto, o licitante deverá comprovar, no prazo de até 60 dias após a assinatura do contrato, que possui escritório próprio dentro de um raio de no máximo 280 Km do *campus* pretendido.

10.1.2. Os interessados deverão observar que o Critério de julgamento da proposta é o **maior desconto sobre o preço total estimado pela Administração, considerando a **incidência linear do desconto ofertado em todos os itens da planilha de formação de preços**.**

10.1.3. Para a elaboração da proposta os interessados deverão observar **TODO o contido neste Termo de Referência, atentando ao contido nos Memoriais Descritivos (ENCARTE J).**

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Arquivar, entre outros documentos projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

- 12.8.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepos- tos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documen- tos relativos à execução do empreendimento.
- 12.10.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo exe- cutada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Re- ferência, no prazo determinado.
- 12.13.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprin- do as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas me- lhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14.** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mu- danças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.15.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na con- dição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do me- nor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.16.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assu- midas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.17.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do con- trato;
- 12.19.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12.23. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

12.24. Além das obrigações previstas acima, a CONTRATADA, deverá obedecer as obrigações previstas pelo requisitante do objeto, conforme descrito abaixo:

12.24.1. A contratada compromete-se em abster-se de praticar quaisquer dos atos descritos no artigo 5º da Lei 12.846/2016, tais como oferecimento de vantagem indevida, utilizar-se de interposto para ocultar interesses ou beneficiários, frustrar ou fraudar o procedimento licitatório ou contrato dela decorrente (lei anticorrupção), bem como quaisquer outros que eventualmente possam ser entendidos como lesivos à administração pública.

12.24.2. A execução dos serviços deve ser realizada sob Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de profissional habilitado, no valor da contratação vigente ou valor de empenho realizado.

12.24.3. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

12.24.4. Nomear preposto para representá-la durante a vigência do contrato, realizar reunião com a equipe de fiscalização da UFFS para alinhamento de expectativas contratuais antes do início dos serviços.

12.24.5. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos, incluindo aceitar orçamentos e pactuação de datas em cronograma;

12.24.6. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

12.24.7. Caso necessário, após a assinatura do contrato, a contratada poderá ser convocada a participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

12.24.8. A contratada deverá atender chamados de emergência, no prazo de **4 (quatro) horas**, para solução de problemas que se configurem em falta de segurança para usuários ou ainda para o patrimônio da instituição ou que causem prejuízo por desperdício de recursos e também às atividades acadêmicas e administrativas.

12.24.9. Caso a Contratada não promova o devido atendimento nos prazos fixados nos itens anteriores, fica a Contratante autorizada a contratar os serviços necessários de outra empresa e a cobrar da Contratada os custos respectivos, sem que tal fato a isente da aplicação de sanção contratual aplicável ou provoque, para a Contratante, qualquer perda de garantia dos equipamentos e materiais pertencentes às instalações do elevador.

12.24.10. A execução dos serviços deve ser realizada em observância às Normas do Ministério do Trabalho, às Normas Técnicas da ABNT e às Normas e Resoluções do Corpo de Bombeiros Militar de cada estado, em conformidade com práticas de projeto, construção e manutenção ou ainda nas demais *normas descritas nos estudos preliminares (ENCARTE D)* desta contratação.

12.24.11. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações estabelecidas.

12.24.12. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

12.24.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.24.14. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.24.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.24.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.24.17. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.24.18. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.24.19. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.24.20. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da Contratante.

12.24.21. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;

12.24.22. A Contratada deve realizar o transporte, montagem, instalação e testes dos componentes/peças fornecidos, conforme as recomendações dos seus respectivos fabricantes.

12.24.23. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.24.24. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

- 12.24.25.** Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
- 12.24.26.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.24.27.** Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 12.24.28.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.24.29.** Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 12.24.30.** Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 12.24.31.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.24.32.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 12.24.33.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante; Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.24.34.** Comunicar por escrito ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 12.24.35.** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 12.24.36.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.24.37.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.24.38.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.24.39.** Obter junto ao Município, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

12.24.40. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Termo de Referência e seus anexos, conforme artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993;

12.24.41. Das condições ambientais:

12.24.41.1. A Contratada deve responsabilizar-se pelo apropriado descarte/destinação de quaisquer componentes/peças usados e substituídos, além dos resíduos gerados durante a prestação dos serviços, SOB AUTORIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO.

12.24.41.2. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

12.24.41.3. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

12.24.41.3.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

12.24.41.3.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata;

12.24.41.3.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21/08/2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

12.24.41.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

12.24.41.5. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da

Resolução n. 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

12.24.41.6. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

12.24.41.7. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

a) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

b) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

c) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

d) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

12.24.41.7.1. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

12.24.41.7.2. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

12.24.41.8. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

12.24.41.8.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

12.24.41.9. Entende-se que o horário dos serviços que causem ruídos somente possam ser trocados por determinação da fiscalização em função do comprometimento das atividades didáticas, no entanto este risco deve ser considerado no planejamento da contratação para adequação do cronograma. A área do *campus* não é residencial portanto a emissão de ruídos só fica restrita para casos de serviços realizados em prédios alugados na área urbana: Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

12.24.41.10. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

12.24.41.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. De acordo com o com o requisitante do objeto **não será permitida a subcontratação do objeto principal da licitação, porém, será permitida a subcontratação de serviços intermediários do objeto, até o limite de 20%(vinte por cento) do valor total do contrato para atendimento de serviços como por exemplo, testes realizados em laboratórios de análise físico-química**, nas seguintes condições:

13.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

13.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica, além da regularidade fiscal e trabalhista, necessários para a execução do objeto.

13.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o *Instrumento de Medição de Resultado (IMR)*, conforme modelo previsto **ENCARTE D** – Estudos Preliminares, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.17. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

15.17.1. Todas as rotinas previstas no item 7 deste Termo de Referência, bem como nos demais encartes e anexos ao Edital.

15.18. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

16.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

16.2. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retóques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

16.3.1.5. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

16.3.2. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. o prazo de validade;

17.4.2. a data da emissão;

17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.4.4. o período de prestação dos serviços;

17.4.5. o valor a pagar; e

17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. não produziu os resultados acordados;

17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida

pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o **índice oficial: IGP-m** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término

no da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

19.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

19.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

19.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

19.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

19.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

19.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

19.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

19.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

19.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

19.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

19.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

19.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

19.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

19.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

19.12. Será considerada extinta a garantia:

19.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

19.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

19.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

19.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

20.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

20.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

20.1.5. cometer fraude fiscal;

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguinte sanções:

20.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2. Multa de:

20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

20.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

Universidade Federal da Fronteira Sul
Avenida Fernando Machado, Nº 108E, Centro,
Chapecó - Santa Catarina
Brasil - CEP 89.802-112
www.uffs.edu.br

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		

6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.1.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.1.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor, conforme solicitação do requisitante do objeto, serão:

21.3.1. Considerando as parcelas de maior valor e relevância desta contratação, que é a mão de obra deste contrato, para efeito de **qualificação técnica** da proposta: Os Atestados ou Declarações de Capacidade Técnica (ACT ou DCT) apresentados pelo licitante devem comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto de que trata o processo licitatório; referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

21.3.1.1. A Qualificação Técnica será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos, na fase de habilitação:

21.3.1.1.1. Registro ou visto da licitante no Conselho Regional de Engenharia – CREA, entidade competente para a fiscalização do exercício profissional, dentro da validade e no mesmo estado da prestação dos serviços, a fim de não causar atraso na execução dos serviços; Caso contrário, deverá apresentar declaração de que terá o documento solicitado e válido, na data da contratação, de forma viabilizar a execução dos serviços sem atraso;

21.3.1.1.2. Apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de manutenção em sistemas de ar-condicionado central e renovação de ar com as seguintes características:

21.3.1.1.2.1: ITEM 1 (Campus Chapecó):

- a) 01 (um) chiller condensação a ar e compressor tipo parafuso de no mínimo 100 toneladas de refrigeração;
- b) 03 (três) fancoil de água gelada com capacidade mínima unitária de 30 toneladas de refrigeração;

21.3.1.1.2.2: ITENS 2 E 3 (Campus Realeza e Passo Fundo):

- a) Sistema de climatização VRV ou VRF condensação ar de no mínimo 80 toneladas de refrigeração;
- b) Declaração de que está apta a fornecer e instalar peças de reposição e componentes eletroeletrônicos novos e originais para a relação dos equipamentos listados nos ANEXOS dos Memoriais Descritivos.
- c) Deverão ser apresentados documentos que comprovem a legitimidade dos atestados, tais quais, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

21.3.2. Considerando **parecer da procuradoria nº 0284/2018/PF-UFFS/PGF/AGU**, a procuradoria admite a inclusão do requisito de restrição geográfica como capacidade operacional na assinatura do contrato, portanto a estratégia para contratação pode ser dada da seguinte forma: Quanto a exigência para serviços continuados, segundo IN 05/2017, ANEXO VII, item 10.6:

*“Na contratação de serviço continuado, **PARA EFEITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL**, a Administração Pública poderá exigir do licitante:*

- a) declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da vigência do contrato;”*

21.3.2.1. A comprovação operacional para efeito de qualificação da proposta fica mantida mediante a entrega da declaração de capacidade operacional, portanto no **ato convocatório deve constar a necessidade de entrega da declaração**, cujo modelo segue em anexo, onde a contratada comprovará, no prazo de 60 dias, a sua capacidade operacional. A não comprovação

da capacidade operacional interfere nos custos da proposta, uma vez que o custo de uma equipe no local de prestação dos serviços ou mesmo a instalação de um escritório geram custos que são considerados pelas empresas participantes do certame. Portanto, sob pena de não manter a proposta a empresa deve sofrer as sanções cabíveis. Para comprovação desta qualificação solicitada serão considerados um dos requisitos a seguir:

- a) Estar situada em um raio de no máximo 280 km do campus pretendido, considerando 4 horas como tempo de atendimento em um deslocamento de 80Km/h.
- b) Comprovar, no prazo de 60 dias da contratação, que possui escritório próprio dentro de um raio de no máximo 280 km do campus pretendido.
- c) Demonstrar, no prazo de 60 dias da contratação, possuir equipe própria na região por meio da apresentação da carteira de trabalho e comprovante de residência dos funcionários da equipe.
- d) Demonstrar capacidade operacional através de outros contratos atuais com empresas de mesmo local pretendido.

21.3.2.1.1. A contratada deve ter ciência de que, a não comprovação da capacidade operacional na data prevista é considerado passível de sanção administrativa pela não manutenção da proposta e fraude ao caráter competitivo da licitação.

21.3.3. Comprovação de vínculo, à época da contratação, de pelo menos:

- a) 01 (um) engenheiro mecânico, devidamente qualificado;
- b) 01 (um) técnico em condicionadores de ar, devidamente qualificado;
- c) 01 (um) auxiliar.

21.3.3.1. A comprovação dos itens acima dar-se-á por meio de um dos seguintes documentos:

- a) Contrato Social;
- b) Contrato Particular de Prestação de Serviços ou;
- c) Ficha de Empregado;
- d) Contrato de Trabalho;
- e) Registro em CTPS;
- f) Certidão do CREA.

21.3.3.2. Comprovação da qualificação técnica do engenheiro indicado pela licitante por meio de, no mínimo, 1 (um) Atestado de Responsabilidade Técnica, para profissional de nível superior, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado e registrado pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, de manutenção em sistemas de ar-condicionado central e renovação de ar, com as seguintes características:

21.3.3.2.1. ITEM 1 (Campus Chapecó):

Universidade Federal da Fronteira Sul
Avenida Fernando Machado, Nº 108E, Centro,
Chapecó - Santa Catarina
Brasil - CEP 89.802-112
www.uffs.edu.br

- 21.3.3.2.1.1.** Comprovação da qualificação técnica do técnico em climatizadores de ar indicado pela licitante por meio de, apresentação de certificado de treinamento fornecido pela Carrier, ou outro fabricante de equipamentos tipo chiller compressor parafuso.

a) Sistema de climatização VRV ou VRF condensação ar de no mínimo 80 toneladas de refrigeração;

- 21.3.3.2.2.1.** Comprovação da qualificação técnica do técnico em condicionadores de ar indicado pela licitante por meio de, apresentação de certificado de treinamento fornecido por fabricante de equipamentos de climatização tipo Split VRF ou VRV.

[illegible]

21.5. O Critério de julgamento da proposta é o maior desconto sobre o preço total estimado pela Administração, considerando a incidência linear do desconto ofertado em todos os itens da planilha de formação de preços.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

22.1. De acordo com o requisitante do objeto, o custo estimado da contratação é o previsto no valor total máximo, sendo R\$ xxx.xxx,xxx (xx).

23.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, conforme indicado pela Diretoria de Orçamento na folha nº 328 do processo, na classificação abaixo:

Natureza da Despesa:

Fonte:

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Este Termo de Referência foi elaborado com as informações repassadas pelo requisitante do objeto no através do protocolo da solicitação nº 2973/2019 e demais documentos constantes no processo.

24.2. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Encartes:

24.2.1. ENCARTE A – Modelo de Carta Proposta;

24.2.1.1. ENCARTE A.1 – Planilha de Proposta;

24.2.2. ENCARTE B – Modelo de Chamado de Manutenção/Emergência;

24.2.3. ENCARTE C – Modelo de Atestado de Vistoria OU Efetivo Conhecimento Para a Licitação;

24.2.4. ENCARTE D – Mapa de Riscos (disponibilizados pelo requisitante do objeto);

24.2.5. ENCARTE E – Modelo de Planilha de Medição dos Serviços;

24.2.6. ENCARTE F – Modelo de Relatório Circunstanciado – Fiscalização Setorial;

24.2.7. ENCARTE G – Modelo de Declaração – Capacidade Operacional;

24.2.8. ENCARTE H – Modelo Termo de Recebimento Definitivo;

24.2.9. ENCARTE I – Modelo de Termo de Encerramento de Contrato.

24.2.10. ENCARTE J – Memoriais Descritivos.

ENCARTE A

MODELO DE CARTA PROPOSTA

(timbre da empresa)

Universidade Federal da Fronteira Sul
Avenida Fernando Machado, Nº 108E, Centro,
Chapecó - Santa Catarina
Brasil - CEP 89.802-112
www.uffs.edu.br

OBS.: Para elaboração da proposta os interessados deverão observar que o Critério de julgamento da proposta é o maior desconto sobre o preço total estimado pela Administração, considerando a incidência linear do desconto ofertado em todos os itens da planilha de formação de preços (ENCARTE A.1).

CARTA PROPOSTA

À Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

PE Nº xx/2022

OBJETO: Contratação de serviços comuns de engenharia inerentes à manutenção preventiva e corretiva sob demanda, dos sistemas de climatização e de renovação de ar, para o prédio da Biblioteca em Chapecó/SC, do complexo do Hospital Veterinário em Realeza/PR e do Bloco A do campus Passo Fundo/RS, incluindo fornecimento de material.

A (*Razão Social da Empresa*) _____, com sede (*Endereço Completo*) _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, neste ato representada por (*Representante legal da Empresa*) _____, abaixo assinado, tendo examinado as condições do Edital e dos Anexos que o integram, para a prestação dos serviços, vem por meio desta apresentar a proposta no valor total de R\$ _____ - (*Valor Expresso em Reais*) da referida Licitação.

Outrossim declaramos que:

- a) Temos conhecimento do local onde serão executados os serviços.
 - b) Aceitamos todas as condições impostas pelo Edital e seus Anexos.
 - c) Os serviços serão executados conforme condições e prazos fixados no Edital e seus anexos.
 - d) Esta proposta compreende todos os impostos, taxas e encargos, bem como qualquer outra despesa direta ou indireta incidentes para a perfeita execução de todos os serviços.
 - e) Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 180 (cento e oitenta) dias.
 - f) Os equipamentos necessários para a execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação.
- Até que o Contrato seja assinado, esta Proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observadas as condições do Edital e seus anexos.

_____, de _____, de 2022.

(Nome completo e CPF do Responsável Técnico da Empresa)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
"Superintendência de Compras e Licitações"

ENCARTE B

Modelo de Chamado de Manutenção/Emergência **PREGÃO ELETRÔNICO Nºxx/2022**

CHAMADO NÚMERO: ____/ano____

NÚMERO DO CONTRATO: _____

CONTRATADA: _____

DATA: ____/____/____ HORÁRIO: ____:____

NÚMERO DA RECLAMAÇÃO NO SISTEMA DE MANUTENÇÃO: _____

JUSTIFICATIVA: () EMERGENCIAL () CORRETIVA () PREVENTIVA

Obs: Manutenções preventivas devem ser agendadas preferencialmente em período de recesso ou férias. Para toda atividade de manutenção a contratada deve apresentar programação com as datas e períodos de desligamento do sistema elétrico, de telecomunicação ou interdição de local que devem ser informados para a comunidade acadêmica.

CONDIÇÕES CLIMÁTICAS:

DESCRIÇÃO DO PROBLEMA:

ASS. FISCAL

NOME:

SIAPE:

ASS. REP. CONTRATADA

NOME:

CPF:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

MODELO - Ordem de Serviço nº XXX/SEO/UFS/xxxxxx

DATA.

À

EMPRESA

CNPJ nº 00000000000000000

LOCAL

1. Informamos que a partir de XXXXXXXXXXXX começa a vigorar o prazo para fornecimento de XXXXXXXXXXXXXXXX (empreitada por XXXXXXXXXXXX – tipo XXXXXXXX), destinados à execução completa da obra do XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX do Campus XXXXXXXXXXXXXXXX da Universidade Federal da Fronteira Sul, a ser fornecido conforme especificações e demais elementos constantes no Termo de Referência do Processo Administrativo nº XXXXXXXXXXXX, RDC/pregão XXXXXXXXXXXXXXXX e Contrato nº XXXXXXXXXXXX.
2.
 - 1 Serve a presente como AUTORIZAÇÃO para início dos serviços.

Atenciosamente,

NOME

Secretário Especial de Obras

Universidade Federal da Fronteira Sul

Obs.: Prazo de execução de XXXXXXXXXXXX.

Início: XXXXXXXX.

Término: XXXXXXXX.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
"Superintendência de Compras e Licitações"

ENCARTE C

(Papel timbrado da empresa)

ATESTADO DE VISTORIA – PE Nº 52-2019

Declaramos para efeitos do que consta no **"Item 6"** do Termo de Referência do edital do **PE Nº 52-2019**, que o representante da (nominar empresa conforme será apresentado nas propostas), Sr. (nome do representante) portador da cédula de identidade _____, CPF _____, compareceu e efetuou vistoria na área onde será executado os serviços objeto do **PE** em epígrafe, tomando plena ciência da dimensão dos serviços e obras a serem efetuados pela licitante.

....., de de 2019

Assinatura do representante legal
(nome e número da identidade do declarante)

Identificação do Servidor da UFFS

Nome completo: _____

SIAPE: _____

Assinatura – Responsável UFFS

OU

(Papel timbrado da empresa)

ATESTADO DE VISTORIA – PE Nº 52-2019

EFETIVO CONHECIMENTO

Declaramos para efeitos do que consta no **"item 6"** do Termo de Referência do edital do **PE Nº 52-2019**, que o representante legal da empresa (nominar empresa conforme será apresentado nas propostas), Sr. (nome do representante) portador da cédula de identidade _____, CPF _____, tem plena ciência das dimensões e das dificuldades que se encontram nos locais de execução do serviço objeto do PE em epígrafe, declara também que o mesmo tem plena ciência da dimensão e da quantidade dos serviços a serem executados.

....., de de 2019

Assinatura do representante legal
(nome e número da identidade do declarante)

Universidade Federal da Fronteira Sul
Avenida Fernando Machado, Nº 108E, Centro,
Chapecó - Santa Catarina
Brasil - CEP 89.802-112
www.uffs.edu.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINERAIS SUL
SECRETARIA DE OBRAS
CAMPUS CHAPECÓ - SC
MANUTENÇÃO CLIMATIZAÇÃO PARA O CONFORTE BIBLIOTECA CENTRAL

MODELO MEDIÇÃO – 1 hora de deslocamento (ida e volta), pgto único de ART

NÚMERO TOTAL DE LINHAS:	24
TOTAL GERAL:	R\$ 2.551,85
DESCONTO EMPRESA:	5,00%
BDI DE SERVIÇO:	31,47%
BDI DE MATERIAIS:	28,61%

ITEM		FOITE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QUANT.	PREÇO UN.	PREÇO TOTAL	BDI	PREÇO TOTAL COM BDI	% ITEM
1	1		C. PRÓPRIA IC-C 2376	DESLACAMENTO	H	1,00	SUBTOTAL R\$ 112,97	R\$ 112,97	31,47%	R\$ 148,53	5,8203%
				DESLACAMENTO PARA MANUTENÇÃO DE CLIMATIZADORES EM CHAPECÓ/SC	H	1,00	R\$ 112,97	R\$ 112,97	31,47%	R\$ 148,53	5,8203%
				SUBTOTAL ITEM DE DESLOCAMENTO			R\$ 112,97	R\$ 112,97		R\$ 148,53	5,8203%
2	1			MÃO DE OBRA			SUBTOTAL R\$ 1.286,37	R\$ 1.286,37		R\$ 1.691,38	66,3041%
2	1		C. PRÓPRIA IC-C 2376	ENGENHEIRO MECANICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES E PERICULOSIDADE	H	2,00	R\$ 101,08	R\$ 202,16	31,47%	R\$ 266,78	10,4154%
2	2		C. PRÓPRIA IC-C 2372	MECANICO DE MANUTENÇÃO PARA REFRIGERAÇÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES E PERICULOSIDADE	H	16,00	R\$ 37,27	R\$ 596,29	31,47%	R\$ 783,94	30,7206%
2	3		C. PRÓPRIA IC-C 2377	AUXILIAR DE MECANICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES E PERICULOSIDADE	H	16,00	R\$ 17,08	R\$ 273,34	31,47%	R\$ 359,36	14,0824%
x	x	x	C. PRÓPRIA SP-C 1178	ART DE EXECUÇÃO POR ESPECIFICIDADE	UN	1,00	R\$ 215,18	R\$ 215,18	31,47%	R\$ 282,89	11,0857%
				SUBTOTAL ITEM: MÃO DE OBRA			R\$ 1.286,37	R\$ 1.286,37		R\$ 1.691,38	66,3041%
				ITENS CONSUMIVEIS			SUBTOTAL R\$ 553,10	R\$ 553,10		R\$ 711,34	27,8755%
3	1		C. PRÓPRIA IC-C 2273	ANÁLISE LABORATORIAL E MATERIAL PARA COLETA DA ÁGUA UTILIZADA NOS TROCADORES DE CALOR, FILTRAGEM E TRATAMENTO	UN	1,00	R\$ 499,90	R\$ 499,90	28,61%	R\$ 642,92	25,1943%
3	2		C. PRÓPRIA IC-C 2274	INIBIDOR DE CORROSÃO PARA ADICIONAR A ÁGUA DE TROCADORES DE CALOR A CADA NOVO PERÍODO DE USO - CONFORME RECOMENDAÇÃO DO FABRICANTE	L	1,00	R\$ 53,20	R\$ 53,20	28,61%	R\$ 68,42	2,6812%
3	3		C. PRÓPRIA IC-C 2280	LIMPADOR DE SERPENTINAS - CARRIER COM O CÓDIGO P902-0301 (UM GALÃO) OU CÓDIGO P902-0305 PARA (5 GALÕES)	L	0,00	R\$ 67,61	R\$ 0,00	28,61%	R\$ 0,00	0,0000%
3	4		C. PRÓPRIA IC-C 2281	ANTICONGELANTE (ETILENOGLICOL) PARA PERÍODOS DE UTILIZAÇÃO COM TEMPERATURA INFERIOR A 4ºC	L	0,00	R\$ 68,40	R\$ 0,00	28,61%	R\$ 0,00	0,0000%
3	5		C. PRÓPRIA IC-C 2339	FILTRO DE AR EM MANTA SINTÉTICA CLASSE G3 ESPESSURA 2,5CM	M2	0,00	R\$ 18,01	R\$ 0,00	28,61%	R\$ 0,00	0,0000%
3	6		C. PRÓPRIA IC-C 2340	FILTRO E AR EM MANTA FILTRANTE CLASSE G3 ESPESSURA 1,6 CM.	M2	0,00	R\$ 11,85	R\$ 0,00	28,61%	R\$ 0,00	0,0000%
3	7		C. PRÓPRIA IC-C 2373	CONSUMIVEIS PARA MANUTENÇÃO DE CLIMATIZADOR	UN	0,00	R\$ 40,71	R\$ 0,00	28,61%	R\$ 0,00	0,0000%
				SUBTOTAL ITEM ITENS CONSUMIVEIS			R\$ 553,10	R\$ 553,10		R\$ 711,34	27,8755%
4				MATERIAIS DE REPOSIÇÃO			SUBTOTAL R\$ 9,00	R\$ 9,00		R\$ 0,00	0,0000%
4	1		C. PRÓPRIA IC-C 2380	MATERIAIS DE REPOSIÇÃO	UN	0,00	R\$ 16.120,45	R\$ 0,00	31,47%	R\$ 0,00	0,0000%
				SUBTOTAL ITEM: MATERIAIS DE REPOSIÇÃO			R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	0,0000%
				TOTAL GERAL				R\$ 0,00		R\$ 2.551,85	100,00%

Referenciais de preço:
SINAPI 07/2019 e cotações de mercado


Chapecó, SC, 27 de setembro de 2019.

Fiscal do contrato

MODELO DE PLANILHA DE PAGAMENTO - REF. SINAPI/2019 SC

OBS: Os valores apresentados na tabela acima são meramente ilustrativos, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços e materiais efetivamente aplicados/fornecidos. A planilha de medição deve contemplar os critérios a seguir.

Universidade Federal da Fronteira Sul
Avenida Fernando Machado, Nº 108E, Centro,
Chapecó - Santa Catarina
Brasil - CEP 89.802-112
www.uffs.edu.br

 <div> UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL SECRETARIA DE OBRAS CAMPUS CHAPECÓ - SC MANUTENÇÃO CLIMATIZAÇÃO PARA CONFORTO BIBLIOTECA CENTRAL </div>										
MATERIAIS DE REPOSIÇÃO – CHILLER CHAPECÓ – ORÇAMENTO ANALÍTICO										
								NÚMERO TOTAL DE LINHAS:	96	
								TOTAL GERAL:	R\$ 71.725,81	
								DESCONTO EMPRESA:	0,00%	
								BDI DE SERVIÇO:	31,47%	
								BDI DE MATERIAIS:	28,61%	
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QUANT.	PREÇO UN.	PREÇO TOTAL	BDI	PREÇO TOTAL COM BDI	% ITEM
4			MATERIAS DE REPOSIÇÃO			SUBTOTAL	R\$ 55.739,99		R\$ 71.725,81	100,0000%
4	1	C. PRÓPRIA	IC-C 2276 ELEMENTO FILTRANTE DE ÓLEO INTERNO- CÓDIGO CARRIER 06NA66016S OU 06NA660028 (INCLUI FILTRO E O - RING)	UN	1,00	R\$ 1.311,82	R\$ 1.311,82	28,61%	R\$ 1.687,13	2,3522%
4	2	C. PRÓPRIA	IC-C 2278 ELEMENTO FILTRO SECADOR 48-DC-0.23U 4381	UN	1,00	R\$ 90,00	R\$ 90,00	28,61%	R\$ 115,75	0,1614%
x	x	C. PRÓPRIA	IC-C 2277 CONJUNTO FILTRO DE ÓLEO EXTERNO 39G/417132	UN	1,00	R\$ 1.350,00	R\$ 1.350,00	31,47%	R\$ 1.774,85	2,4745%
4	4	C. PRÓPRIA	IC-C 2279 ISOLAMENTO TERMICO ACÚSTICO E VEDAÇÕES EM ESPUMA ELASTOMÉRICA	M2	1,00	R\$ 36,20	R\$ 36,20	28,61%	R\$ 46,56	0,0649%
4	5	C. PRÓPRIA	IC-C 2282 ARRUELADE BORRACHA CÓDIGO 2605 0099 BOMBAFAMAC FNA-25 ROTOR 185	UN	1,00	R\$ 46,50	R\$ 46,50	28,61%	R\$ 59,80	0,0834%
4	6	C. PRÓPRIA	IC-C 2283 CONJUNTO SELO MECÂNICO CÓDIGO 2601 0149 BOMBAFAMAC FNA-25 ROTOR 185	UN	1,00	R\$ 369,71	R\$ 369,71	28,61%	R\$ 475,48	0,6629%
4	7	C. PRÓPRIA	IC-C 2284 ROTOR CÓDIGO 3203 3159 BOMBAFAMAC FNA-25 ROTOR 185	UN	1,00	R\$ 542,50	R\$ 542,50	28,61%	R\$ 697,71	0,9727%
4	8	C. PRÓPRIA	IC-C 2285 ANEL O RING CÓDIGO 2602 0023 BOMBAFAMAC FNA-25 ROTOR 185	UN	1,00	R\$ 26,38	R\$ 26,38	28,61%	R\$ 33,92	0,0473%
4	9	C. PRÓPRIA	IC-C 2286 ANEL O RING CÓDIGO 2602 0024 BOMBAFAMAC FNA-25 ROTOR 185	UN	1,00	R\$ 21,04	R\$ 21,04	28,61%	R\$ 27,05	0,0377%
4	10	C. PRÓPRIA	IC-C 2287 ANEL O RING CÓDIGO 2602 0048 BOMBAFAMAC FNA-25 ROTOR 185	UN	1,00	R\$ 25,59	R\$ 25,59	28,61%	R\$ 32,90	0,0459%
4	11	C. PRÓPRIA	IC-C 2288 BOMBA DE ÓLEO CHILLER GX 30 207 TR	UN	1,00	R\$ 2.723,40	R\$ 2.723,40	28,61%	R\$ 3.502,56	4,8833%
4	12	C. PRÓPRIA	IC-C 2291 CAIXA ELÉTRICA CHILLER GX 30 207 TR	UN	1,00	R\$ 1.568,65	R\$ 1.568,65	28,61%	R\$ 2.017,44	2,8127%
4	13	C. PRÓPRIA	IC-C 2292 CONTROLE PRO-DIALOG PLUS CHILLER GX 30 207 TR	UN	1,00	R\$ 2.097,00	R\$ 2.097,00	28,61%	R\$ 2.696,95	3,7601%
4	14	C. PRÓPRIA	IC-C 2293 GÁS REFRIGERANTE HFC-134A	KG	1,00	R\$ 64,09	R\$ 64,09	28,61%	R\$ 82,43	0,1149%
4	15	C. PRÓPRIA	IC-C 2294 MOTOR 1.5 C/VELO 115,8 60Z CHILLER GX 30 207 TR	UN	1,00	R\$ 2.766,87	R\$ 2.766,87	28,61%	R\$ 3.558,47	4,9612%
4	16	C. PRÓPRIA	IC-C 2295 PRESSOSTATO ALTA CHILLER GX 30 207 TR	UN	1,00	R\$ 672,75	R\$ 672,75	28,61%	R\$ 865,22	1,2063%
4	17	C. PRÓPRIA	IC-C 2296 PRESSOSTATO DIFERENCIAL ÁGUA HK02C033 CHILLER GX 30 207 TR	UN	1,00	R\$ 3.239,61	R\$ 3.239,61	28,61%	R\$ 4.166,46	5,8009%
4	18	C. PRÓPRIA	IC-C 2297 SECCIONADORA PRINCIPAL CHILLER GX 30 207 TR	UN	1,00	R\$ 1.287,50	R\$ 1.287,50	28,61%	R\$ 1.655,85	2,3086%
4	19	C. PRÓPRIA	IC-C 2298 SENSOR ELETRÔNICO DE FLUXO E ÁGUA CHILLER GX 30 207 TR	UN	1,00	R\$ 959,04	R\$ 959,04	28,61%	R\$ 1.233,42	1,7196%
4	20	C. PRÓPRIA	IC-C 2299 SENSOR DE TEMPERATURA HH79NZ047 OU HH79NZ059 CHILLER GX 30 207 TR	UN	1,00	R\$ 818,00	R\$ 818,00	28,61%	R\$ 1.052,03	1,4667%
4	21	C. PRÓPRIA	IC-C 2300 TRANSDUTOR DE PRESSÃO DE BAIXA, ALTA OU ALTA/BAIXA CHILLER GX 30 207 TR	UN	1,00	R\$ 872,81	R\$ 872,81	28,61%	R\$ 1.122,52	1,5650%
4	22	C. PRÓPRIA	IC-C 2301 VÁLVULA DE EXPANSÃO TERMOSTÁTICA CHILLER GX 30 207 TR	UN	1,00	R\$ 665,14	R\$ 665,14	28,61%	R\$ 855,44	1,1926%
4	23	C. PRÓPRIA	IC-C 2302 VÁLVULA DE SEGURANÇA DO EVAPORADOR CHILLER GX 30 207 TR	UN	1,00	R\$ 466,50	R\$ 466,50	28,61%	R\$ 599,97	0,8365%
4	24	C. PRÓPRIA	IC-C 2303 VÁLVULA DE SEGURANÇA DO CONDENSADOR CHILLER GX 30 207 TR	UN	1,00	R\$ 465,00	R\$ 465,00	28,61%	R\$ 598,04	0,8338%
4	25	C. PRÓPRIA	IC-C 2304 VÁLVULA DE SEGURANÇA DO SEPARADOR DE ÓLEO CHILLER GX 30 207 TR	UN	1,00	R\$ 350,00	R\$ 350,00	28,61%	R\$ 450,14	0,6276%
4	26	C. PRÓPRIA	IC-C 2305 VÁLVULA PARA RECUPERAÇÃO DE REFRIGERANTE CHILLER GX 30 207 TR	UN	1,00	R\$ 220,00	R\$ 220,00	28,61%	R\$ 282,94	0,3945%
4	27	C. PRÓPRIA	IC-C 2306 TEMPORIZADOR ABB CM-RFE 208/440V CHILLER GX 30 207 TR	UN	1,00	R\$ 161,40	R\$ 161,40	28,61%	R\$ 207,58	0,2894%
4	28	C. PRÓPRIA	IC-C 2307 FUSÍVEL NH 100 A TAMANHO 00, CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO DE 120 KA, TENSÃO NOMINAL DE 500 V, ULTRA RÁPIDO	UN	1,00	R\$ 31,70	R\$ 31,70	28,61%	R\$ 40,77	0,0568%
4	29	C. PRÓPRIA	IC-C 2308 FUSÍVEL NH 125 A TAMANHO 00, CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO DE 120 KA, TENSÃO NOMINAL DE 500 V, ULTRA RÁPIDO	UN	1,00	R\$ 33,84	R\$ 33,84	28,61%	R\$ 43,52	0,0607%
4	30	C. PRÓPRIA	IC-C 2309 DISJUNTOR MOTOR TERMOMAGNÉTICO MODELO GV2ME02, FAIXA DE AJUSTE 0.16-0.25 A	UN	1,00	R\$ 158,14	R\$ 158,14	28,61%	R\$ 203,38	0,2836%

MODELO DE PLANILHA DE PAGAMENTO - REF. SINAPI/2019 SC

OBS: No caso dos preços acima, principalmente nos casos de itens importados, o contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento de materiais e equipamentos, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

ENCARTE F

MODELO DE RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO – FISCALIZAÇÃO SETORIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2022

Contrato nº. xxxxxxxx	Medição dos serviços prestados no mês
Contratada: xxxxxxxxxx	
Obra/Objeto: xxxxxxxxxxxxxx	Data : xxxxx

1. Considerando o exposto neste documento e em conjunto com o relatório do fiscal, de data xxxx, **considera-se entregue provisoriamente os serviços referentes a medição dos serviços.**

2. Consulta SICAF para manutenção das condições de habilitação:

(x) certidões negativas em anexo – relatório de resumo de negativas do SICAF: dataxxx

() comunicação com a empresa sobre a necessidade de entrega da documentação em anexo;

3. Verificação da manutenção das condições de qualificação técnica-operacional da empresa para o certame:

() condições técnicas:

(x) condições operacionais: Permanece a mesma equipe realizando a manutenção;

(x) registro de responsabilidade técnica pelo contrato e demais responsabilidades técnicas necessárias a execução do serviço.

O PMOC e ART necessários para execução do contrato foram entregues.

4. Verificar prazo de vigência, execução e a padronização da documentação encaminhada pelo fiscal, de acordo com os modelos do termo de referência, identificar melhorias no contrato:

- Vigência: xxxxxxxxx

- Execução: xxxxxxxxx

- **Saldo de empenho do contrato: R\$ xxxxxx**

Documentos que fazem parte desta medição:

- Relatório da manutenção preventiva – fiscalização técnica/empresa;

- Planilha de medição dos serviços;

- Nota fiscal ;

- Declaração resumida das certidões negativas – SICAF;

1. Verificar proporção dos chamados de emergência *versus* chamados de manutenção preventiva, comunicações anteriores com a contratada, relacionando número de notificações, modificações no padrão de materiais e as tratativas dadas. Recomendar ao gestor, quais as possíveis soluções para as pendências:

- Não há recomendações ou pendências.

xxxxxxxxxx

Gestor do contrato

ENCARTE G

MODELO DE DECLARAÇÃO – CAPACIDADE OPERACIONAL apresentação da proposta

Para efeito de qualificação operacional, declaramos que esta empresa atende um dos seguintes requisitos:

() possui ou instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da vigência do contrato, bem como apresentar garantia na assinatura do contrato ou no máximo em 10 dias, prorrogáveis pelo mesmo período caso exista pedido formalizado.

Formas admitidas de comprovação:

- Estar situada em um raio de no máximo 280 km do *campus* pretendido, considerando 4 horas como tempo de atendimento em um deslocamento de 80Km/h.
- Comprovará, no prazo de 60 dias da contratação, que possui escritório próprio dentro de um raio de no máximo 280 km do *campus* pretendido.
- Demonstrar, no prazo de 60 dias da contratação, possuir equipe própria na região por meio da apresentação da carteira de trabalho e comprovante de residência dos funcionários da equipe.
- Demonstrar capacidade operacional através de outros contratos atuais com empresa de mesmo local pretendido.

() estar apta a fornecer e instalar peças de reposição e componentes eletroeletrônicos novos e originais para os equipamentos listados nos ANEXO B do memorial descritivo, caso a proposta inclua o item, referente a Chiller 30GX Carrier.

() Apresentar junto a assinatura do contrato, registro ou visto no Conselho Regional de Engenharia – CREA, dentro da validade e no mesmo estado da prestação dos serviços a fim de não causar atraso na execução dos serviços;

() estar ciente de que, a não comprovação da capacidade operacional nas datas previstas é considerado passível de sanção administrativa pela não manutenção da proposta e fraude ao caráter competitivo da licitação.

Assinatura

Universidade Federal da Fronteira Sul
Avenida Fernando Machado, Nº 108E, Centro,
Chapecó - Santa Catarina
Brasil - CEP 89.802-112
www.uffs.edu.br

ENCARTE H

MODELO – TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Processo de Licitação nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Pregão XXXXXXXXXXXXX

Contrato nº XXXXXXXX

A Secretaria Especial de Obras – SEO/UFFS, pelo presente Termo de Recebimento Definitivo, dá por aceito todos os serviços apresentados no relatório técnico encaminhado pela fiscalização do campus que recebe provisoriamente os serviços executados pela empresa contratada.

Também não fora apresentado qualquer impedimento para encaminhamento do pagamento dos serviços segundo relatório circunstanciado da fiscalização administrativa/setorial.

Este ato não exime a contratada da responsabilidade de reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor). Ficam assegurados os direitos da contratante quanto à boa execução, tudo amparado nas normas, código civil, especialmente as responsabilidades decorrentes da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART's dos serviços, de cada um dos profissionais e da empresa envolvida.

1. **Objeto:** XXXXXXXXXXXXXXXX
2. **Empresa:** XXXXXXXXXXXXXXXX
3. **Valor do Contrato:** XXXXXXXX
4. **Saldo de empenho atual:** XXXXXXXX
5. **Prazos Previstos:**
 - Vigência contratual: XXXXXXXX
 - Prazo Execução: XXXXXXXX
6. **Qualidade dos Serviços:**
 - Os serviços foram recebidos provisoriamente em XXXXXXXX, e de acordo com os relatórios circunstanciados, verificou-se necessidade de novax certidões negativas do SICAF e notificação da empresa antes do recebimento definitivo.
 - A empresa teve um bom atendimento e desempenho, executando a obra com boa qualidade.

A Secretaria Especial de Obras da UFFS, nos termos do Art. 73, inciso I, alínea “b” da Lei nº 8.666/93, **declara recebido definitivamente** os serviços. **Fica autorizada a emissão da nota fiscal no valor de R\$ XXXXXXXX** referente a medição de nº XXXXXXXX encaminhada pela fiscalização.

Chapecó/SC, XXXXX de XXXXXXX de XXXXX

GESTOR DO CONTRATO
CARGO

Universidade Federal da Fronteira Sul
Avenida Fernando Machado, Nº 108E, Centro,
Chapecó - Santa Catarina
Brasil - CEP 89.802-112
www.uffs.edu.br

ENCARTE I

MODELO DE TERMO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO

Chapecó, XX de XXXXXXXX de XXXX

À Divisão de Contratos,

Assunto: **Encerramento dos contratos números XXXXXXXXXXXX**

1. Solicitamos encerramento dos contratos listados abaixo, decorrentes do Pregão Eletrônico Nº XXXXXXXXX – Processo nº XXXXXXXX, objetos XXXXXXXXXXXX.

- Contratos nº XXXXXXXXX (campus XXXXXXXXXXXX), - empresa contratada XXXXXXXXXXXX
- Contratos nº XXXXXXXXX (campus XXXXXXXXXXXX), - empresa contratada XXXXXXXXXXXX

2. A Secretaria Especial de Obras em conjunto com a fiscalização dos contratos recebeu os serviços prestados, em anexo os Termos de Recebimentos Provisórios e Termos de Recebimentos Definitivos do campus XXXXXXXXXXXX e XXXXXXXXXXXX.

3. Os serviços inicialmente contratados foram executados pelas empresas, atestados pelos fiscais e pagos, conforme as regras deste edital.

4. Do contrato nº XXXXXXXX restou um saldo no empenho nº XXXXXXXNEXX no valor de R\$ XXXXXXXX, o qual solicitamos anulamento.

5. Não havendo mais pendências inerentes aos contratos e ou serviços, solicitamos encerramento dos contratos supracitados.

6. Destacamos que o encerramento do contrato não exime a Contratada de prestar atendimento/correções em função da garantia de obra conforme dispõem o Art. 618 do Código Civil, como também devido à responsabilidade técnica pela execução dos objetos.

Atenciosamente,

Gestor do contrato



Emitido em 14/01/2022

F0053 - TERMO DE REFERÊNCIA Nº TR PE 52/2019/2022 - SEO (10.55)
(Nº do Documento: 1)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 14/01/2022 15:44)

CLEBERSON RIBEIRO ISRAEL

ADMINISTRADOR
SUHVU - RE (10.40.12)
Matrícula: 2115174

(Assinado digitalmente em 14/01/2022 16:12)

DANIEL ESPIG

ENGENHEIRO-AREA
DPCE (10.55.03)
Matrícula: 1940221

(Assinado digitalmente em 14/01/2022 15:36)

EDUARDO COLLE

CHEFE - TITULAR
ASSINFR - CH (10.41.14.05)
Matrícula: 2124457

(Assinado digitalmente em 17/01/2022 08:40)

FERNANDA MARA PERETTI

CHEFE - TITULAR
DGCT (10.55.01.01)
Matrícula: 1795529

(Assinado digitalmente em 14/01/2022 15:54)

LAURA SPANIOL MARTINELLI

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
ADM - PF (10.43.04)
Matrícula: 2126084

(Assinado digitalmente em 17/01/2022 08:48)

RONY RISTOW

TECNICO EM ELETROTECNICA
ASSINFR - RE (10.40.08.05)
Matrícula: 2148100

(Assinado digitalmente em 14/01/2022 22:54)

SANDRA SALETE VILBERT

CHEFE - TITULAR
DAADM (10.55.01)
Matrícula: 1767634

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.uffs.edu.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2022**, tipo: **F0053 - TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **14/01/2022** e o código de verificação: **a75b6d1886**